

MINORIAS RELIGIOSAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: O CASO DOS MUÇULMANOS MAPILAS DO MALABAR (1498-1656)

*Joseph Abraham Levi*¹

Para muitos europeus, a Índia era mais um sinônimo de Malabar do que de Delhi e, muitas vezes, as relações iniciais dos europeus davam com as minorias religiosas da Índia – muçulmanos, judeus e cristãos – que funcionavam como intermediários em relação aos hindus, menos acessíveis por conta de suas restrições de classe ou casta.²

Apesar de hoje como dantes muitas serem as investigações sobre as interações entre o mundo muçulmano e o mundo cristão, primariamente o Catolicismo e, secundariamente, o resto da Cristandade, a grande maioria destas indagações concentra-se, sobretudo, na bacia mediterrânica, como no caso do Magreb, Egito e da Turquia, com alguns trabalhos sobre a antiga Pérsia e o Império Mongol (1206-1368). Muito pouco foi feito sobre as interações entre Europeus, *primi inter pares*, os portugueses e os muçulmanos, mais especificamente os mapilas³ do Malabar⁴, ou seja, na parte setentrional do atual estado de Kerala da União Indiana, também encontrados na zona meridional do estado de Karnataka e no nordeste do Estado Tamil Nad⁵.

I

¹ Doutor em Filologia e Linguística Românica pela University of Wisconsin-Madison. Professor e pesquisador do Language Center, Columbian College of Arts and Sciences, The George Washington University, EUA. E-Mails: <josephlevi21@yahoo.com> e <jalevi21@gwu.edu>.

² O texto original: “For many Europeans, India was more than synonymous with Malabar than Delhi, and often, Europeans’ primary associations were with India’s religious minorities – Muslims, Jews, and Christians – who functioned as intermediaries for those Hindus not easily accessible on account of class or caste restrictions”. MALIECKAL, Bindu. “Muslims, matriliney, and *A Midsummer Night’s Dream*: European encounters with the Mappilas of Malabar, India”, *Muslim World*, vol. 95, n. 2, abr. 2005, p. 298.

³ *Māppila*: título honorífico malaiala (malayalam), língua principal do Malabar, com o significado de “grande filho imigrante do Malabar”. A etimologia deriva da fusão entre *maha*, grande, e *pilla*, ou seja, filho/ genro, sendo este um título honorífico referido a qualquer pessoa vinda do estrangeiro, incluindo até o significado de “esposo” ou “genro”. Ver: MILLER, Roland E. *Mappila muslims of Kerala: a study in Islamic trends*. Madras: Orient Longman, 1992, p. 31 MILLER, Roland E. “Mappila” [verbetes]. In: BOSWORTH, C. E.; DONZEL, E. van, & PELLAT, C. (orgs.). *The Encyclopedia of Islam* – Vol. 6. Leiden: E.J. Brill, 2007, p. 458.

⁴ Sabe-se com certeza absoluta que o neologismo foi criado pelo geógrafo árabe Yaqut (1179-1229), com a crase entre *Mali*, de *Malaiala* (Malayalam), e *Bār*, étimo persa que designa “terra/país”, portanto, “terra dos Malayalam/ aqueles que falam a língua malaiala”. Ver: MILLER, *Mappila muslims...*, p. 43.

⁵ MILLER, “Mappila”, p. 458.

[...] por causa de sua experiência histórica particular, a comunidade mapila representa um segmento significativo da Índia islâmica.⁶

Segundo tradições orais e fontes islâmicas árabe-pérsicas, a presença mapila antecede a dos demais grupos muçulmanos no território indiano, do norte ao sul, tendo esta comunidade sido fundada por “missionários” ou “embaixadores” muçulmanos durante a própria vida do Profeta Maomé (570-632), provavelmente logo após a sua morte ou talvez entre os primeiros dois séculos depois do seu falecimento. Contudo, tudo parece indicar que os primeiros muçulmanos chegaram ao Malabar antes da famosa conquista de Muhammad bin Qāsim (c. 695-715) da Índia, em árabe denominada *دُنْيَسِي Sīnd*, ocorrida entre o quadriênio 711-715⁷.

Apesar de alguns vestígios funerários terem supostamente a data de 670 e 782, descobertos respetivamente em Irikkalur e Pantalayini-Kollan, por falta de provas concretas os primeiros artefatos islâmico – com escritas em caracteres cúficos sobre cobre, encontrados na área de Tarisapally, estes últimos do ano de 849 – devem ser, portanto, considerados como aqueles comprovantes a data certa da primeira presença muçulmana no Malabar⁸, com inegáveis contatos comerciais com cristãos e judeus da região:

A inscrição é uma placa de cobre doada a uma igreja cristã síria, datada de meados para o final do século IX, e nela há uma lista de testemunhas que inclui tanto nomes muçulmanos como judeus.⁹

Além disso, também há um relato de Zayn al-Dīn ‘Abd al-‘Azīz al-Malībārī (1498-1581) onde se menciona que o Islã chegou às costas do Malabar dois séculos após a morte do Profeta Maomé, trazido por fiéis muçulmanos em peregrinação ao Ceilão¹⁰, atual Sri Lanka, onde, segundo a tradição, se encontra a famosa pegada de Adão¹¹. A comunidade muçulmana vivendo ao longo da costa do Malabar, segundo o viajante árabe al-Mas’ūdī (896-956), girava em torno de dez mil fiéis¹².

⁶ O texto original: “[...] because of its particular historical experience, the Mappila community represents a significant segment of Indian Islam”. MILLER, “Mappila”, p. 458.

⁷ Ver: AHMAD, Fazl. *Muhammad Bin Qasim*. Nova Dheli: Taj, 1983.

⁸ MILLER, *Mappila muslims...*, p. 458.

⁹ Texto original: “The inscription is a copper plate grant to a Syrian Christian church dated to the middle to late ninth century, and there is a list of witnesses inscribed on it which includes both Muslim and Jewish names”. BROWN, L. W. *The Indian christians of St. Thomas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1956, p. 89.

¹⁰ AL-DIN ‘Abd al-‘Azīz al-Malībārī Zayn & ROWLANDSON, Michael John. *Tohfut-Ul-Mujahideen: an instorical work in the Arabic language*. Londres: Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland, 1833, p. 48.

¹¹ AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-Ul-Mujahideen*, p. 55. Segundo a tradição muçulmana, Adão, depois de ter saído do Jardim Celestial, optou por ficar no Ceilão devido à sua semelhança com o Paraíso, daí o fato de ele ter deixado um rasto no famoso Pico de Adão, uma montanha cônica de 2.243 metros de altitude.

¹² KHALIDI, Tarif. *Islamic historiography: the histories of Mas’ūdī*. Albany: State University of New York Press, 1975. SAARI, Peggy; BAKER, Daniel B. & PEAR, Nancy. *Explorers & discoverers: from Alexander the Great to Sally Ride*. Nova York: UXL, 1995.

Sempre segundo Zayn al-Dīn, os muçulmanos falaram do Islã com o Rajá de Cranganore, Ćēraman Perumāl, o último soberano Cēra de Kerala, o qual se convertera ao Islamismo, dividira o seu império entre os seus oficiais e, em seguida, partira em peregrinação às cidades sagradas de Meca e Medina (825)¹³. Em sua viagem de regresso adoecera e, antes de morrer longe da sua pátria, pedira a dois dos seus novos correligionários árabes que fossem converter a sua terra natal, o Malabar. Mālik ibn Dīnār e Mālik ibn Habīb teriam assim convertido o Malabar ao Islã: o primeiro tendo aberto as portas da fé muçulmana a Cranganore, o segundo tendo fundado mesquitas em “Quilon [Kollam], Hubae, Murawee, Bangore, Mangalore, Kanjercote, Zaraftan, Durmuftun, Fundreeah, and Shaleeat”. Contudo, a veracidade de tais eventos continua duvidosa¹⁴.

II

*A cultura mapila é a cultura malaiala de Kerala com um tempero árabe, um fato que aponta para a relação antiga entre Kerala e o sul da Arábia, surgida do grande comércio de especiarias. [...] Os mapila [...] podem ser considerados como a primeira comunidade muçulmana assentada no sul da Ásia.*¹⁵

Interessante reparar que, para evitar confusões onomásticas com os judeus (*Jūta Māppilas*) e os cristãos (*Nasrani Mapilas*) residentes da região, os muçulmanos começaram a ser denominados de *Jonaka Māppilas*. Com o passar do tempo porém, devido ao fato de os *Jūta Māppilas* e os *Nasrani Māppilas* terem assimilado outros grupos étnicos, a terminologia *Māppila* passou assim a designar só os muçulmanos da costa do Malabar, os mapilas¹⁶, incluindo os das Ilhas Laquédivas. Contudo, entre eles os mapilas definiam-se a si próprios simplesmente como muçulmanos:

*[...] [os Mapilas] eram chamados de Moplaymar in Malayala e Lubbaymar em Madras; mas entre si se reconhecem por nenhum outro nome do que o de Mussalmans.*¹⁷

¹³ Cheraman Perumal Bhaskara Ravi Varma, Rajá da Dinastia Cēra, o qual reinou durante o fim do século VIII da Era Vulgar. Ver: LOGAN, William. *Malabar manual*. 3. ed. Nova Dheli: Asian Educational Services, 2000. LOPES, David (org.). *História dos portugueses no Malabar por Zinadim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898. WITTEK, Paul *The rise of the Ottoman Empire*, Londres: Royal Asiatic Society, 1938.

¹⁴ Ver: KOYA, S. M. Mohamed. *Mappilas of Malabar: studies in social and cultural History*. Calicut: Sandhya, 1983. AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-Ul-Mujahideen*, p. 53-54; MILLER, *Mappila muslims...*, p. 459.

¹⁵ Texto original: “Mappila culture is the Malayalam culture of Kerala with an Arabian blend, a fact that points to the ancient intercourse between Kerala and southern Arabia, founded on the great spice trade. [...] [The] Mappila [...] may be regarded as the first settled Muslim community of South Asia”. MILLER, “Mappila”, p. 458.

¹⁶ MILLER, *Mappila muslims...*, p. 30; Stephen Frederic Dale, *Islamic Society on the South Asian Frontier: The Māppilas of Malabar, 1498-1922*, Oxford: Clarendon Press, 1980, p. 236, nota 1.

¹⁷ O texto original: “[...] [Mapilas] are called Moplaymar in Malayala and Lubbaymar at Madras; but among themselves they acknowledge no other name than that of Mussalmans”. Grifos do autor.

Não obstante as dúvidas sobre a data exata do seu aparecimento em solo indiano, esta comunidade sempre mantivera relações comerciais com o Oriente Médio, particularmente com o mundo de língua e cultura árabes, o Sudeste Asiático e até a China. Comerciantes árabes e persas – assim como povos de outras línguas, denominações, etnias, raças e culturas, incluindo muçulmanos islamizados provenientes da vasta bacia do Oceano Índico – continuavam a chegar a Cranganore, outrora denominada Muziris, antigo porto romano¹⁸.

Segundo o autor anônimo do famoso tratado de geografia sobre a África do período greco-romano, o *Periplus Maris Erythraei*, escrito em meados do primeiro século da era cristã, Muziris de fato abundava “em embarcações enviadas para lá com cargas da Arábia e pelos gregos”¹⁹, todos à procura de pimenta, pedras preciosas, ouro, marfim, seda e outros produtos locais que se podia vender com uma grande margem de lucro na Europa e no resto do Mundo de então²⁰.

Além disso, a costa era famosa por produzir e por ser o receptáculo de imensos produtos vindos das demais regiões do Sudeste Asiático e mais além, como a supracitada pimenta, o gengibre, a canela, o sândalo, o incenso, o marfim e muitas pedras preciosas²¹.

Entre as primeiras fontes árabes a mencionar o Malabar e alcunhá-lo de “terra da pimenta”, encontramos o *Kitāb al-Masālik wa al-Mamālik*²², de 846, e o *Akbār al-Sīn wa al-Hind*²³, obra escrita alguns anos mais tarde, em 851.

Já um século mais tarde o Malabar contava com uma grande comunidade muçulmana que cresceu com o tempo. O supracitado Zayn al-Dīn relata que pouco antes da chegada dos portugueses, e durante quase um século depois, os

BUCHANAN, Francis Hamilton. *A journey from Madras through the countries of Mysore, Canara, and Malabar*. 1800-1801. Vol. 2. Londres: T. Cadell & W. Davies, 1807, p. 21.

¹⁸ Ver: MILLER, J. Innes. *The spice trade of the Roman Empire, 29 B.C. to A.D. 642*, Oxford: Oxford University Press, 1969. HOURANI, George F. *Arab seafaring in the Indian Ocean*. Princeton: Princeton University Press, 1951. TIBBETTS, G. R. “Pre-Islamic Arabia and South-East Asia”. *Journal of the Malayan British Royal Asiatic Society*, vol. 29, n. 3, 1956, p. 182-208. TIBBETTS, G. R. “Early muslim traders in South-East Asia”. *Journal of the Malayan British Royal Asiatic Society*, vol. 30, n. 1, 1957, p. 01-45.

¹⁹ O texto original: “[...] in ships sent there with cargoes from Arabia and by the Greeks”. SCHOFF, Wilfred H. (org.). *The periplus of the Erythraean Sea*. Nova York: Longmans, 1912, p. 44. HUNTINGFORD, George Wynn Brereton & CHIDES, Agatha R. “The periplus of the Erythraean Sea”. Londres: Hakluyt Society, 1980, p. 20.

²⁰ HUNTINGFORD, George Wynn Brereton & CHIDES, Agatha R. “The periplus of the Erythraean Sea”. Londres: Hakluyt Society, 1980, p. 20.

²¹ Ver: MILLER, *Mappila muslims...*, p. 41. KOYA, *Mappilas of Malabar...*, p. 05; DALE, Stephen Frederic. *Islamic society on the South Asian frontier: the Māppilas of Malabar, 1498-1922*, Oxford: Clarendon, 1980, p. 13-14.

²² KHURDADHBIH, Ibn. *Mukhtār min kitāb al-lahw wa al-malahī*, Nuṣūṣ wa durūṣ – vol. 17. Beirute: Daʿ al-Mashriq, 1986. KHURDADHBIH, Ibn; GOEJE, M. J. de & QUDAMAH, Ibn Jaʿfar. *Kitāb al-masālik wa-al-mamālik* – vol. 6. Leiden: E.J. Brill, 1967. KHURDADHBIH, Abu al-Qasim Ubaya Allah Ibn. *Al-Masālik wa al-Mamālik*. Leiden: Brill, 1889. Ver também: AHMAD, S. Maqbul (org.). *Arabic classical accounts of India and China*. Shimla: Indian Institute of Advanced Study, 1989, p. xi.; MILLER, “Mappila”, p. 458.

²³ SAUVAGET, Jean. *Akbār al-Ṣīn wa-al-Hind: relation de la Chine et de l’Inde rédigée en 851*. Paris: Belles Lettres, 1948.

mapilas constituíam mais de dez por cento da população do Malabar²⁴. Segundo Duarte Barbosa os mapilas são fruto da miscigenação entre homens muçulmanos e mulheres locais, todos falando malaiala (Malayalam), e vestidos ao modo dos Nāyares e, dada sua origem indiana, eram também matrilineares:

*[os homens muçulmanos] se casam com tantas mulheres quanto possam apoiar e manter, assim como mantém muitas concubinas pagãs de casta inferior. Se eles têm filhos ou filhas destas, os tornam mouros e algumas vezes também a mãe, e desse modo esta geração maligna continua a aumentar em Malabar.*²⁵

Contudo, entre os conversos à nova fé vinda do Oriente Médio também encontramos sefarditas da Diáspora, judeus das demais diásporas, cristãos orientais e ortodoxos, nestorianos da Ásia Central, etíopes, egípcios, muçulmanos magrebinos e levantinos, assim como membros das castas hindus mais baixas, todos com uma alta percentagem de casamentos mistos, interreligiosos: “Estes grupos viviam lado a lado, uma vez que Malabar não possuía assentamentos contíguos ou bairros étnicos ou religiosos”²⁶.

O famoso erudito e viajante magrebino de todos os tempos, Ibn Battūta (1325-1354), oferece-nos um dos primeiros relatos sobre Calicute²⁷. Em 1342, aquando de sua visita à cidade portuária, o itinerante muçulmano árabe-berbere descreve uma cidade pululante, com comerciantes vindos dos quatro cantos do mundo de então: Ceilão (Sri Lanka), China, as Ilhas Maldivas, a Península Arábica, sobretudo o atual Iemen e Omã, a antiga Pérsia e a Ásia Central, todos à procura das tão desejadas especiarias. Além disso, Ibn Battūta menciona que havia muçulmanos ao longo de toda a Costa do Malabar, todos de confissão Shafi’ita, fato que denota, mais uma vez, a adesão à esfera árabe-islâmica do Oriente Médio, em puro contraste com o resto do subcontinente indiano, mais atraído pela esfera perso-túrquica da Ásia Central²⁸.

²⁴ AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-UI-Mujahideen*, p. 59. MILLER, “Mappila”, p. 459.

²⁵ O texto original: “[the muslim men] [...] marry as many wives as they can support and keep as well as many heathen concubines of low caste. If they have sons or daughters by these they make them Moors, and oftentimes the mother as well, and thus this evil generation continues to increase in Malabar”. LONGWORTH, Mansel Dames (org.). *The book of Duarte Barbosa* – vol. 2. Londres: Hakluyt Society, 1921, p. 74-75.

²⁶ Texto original: “These groups lived side-by-side, since Malabar possessed no contiguous settlements and no ethnic or religious neighborhoods”. MALIECKAL, “Muslims, matriliney...”, p. 300. Ver também: AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-UI-Mujahideen*, p. 68-69. MILLER, “Mappila”, p. 459. MILLER, *Mappila muslims...*, p. 21.

²⁷ Ver, entre outros: IBN-BATTUTA, Muhammad Ibn ‘Abdallah; DEFREMERY, C.; SANGUINETTI, B. R.; GIBB, H. A. R.; BECKINGHAM, C. F. & BIYAR, A. D. H. *The travels of Ibn Battūta: A.D. 1325-1354*. Londres: Hakluyt Society, 1958. IBN-BATTUTA, Muhammad Ibn ‘Abdallah & APETZ, Heinrich. *Descriptio terrae Malabar*. Jena: Croecker, 1819. RUMFORD, James. *Traveling man: the journey of Ibn Battuta, 1325-1354*. Boston: Houghton Mifflin, 2001. HARVEY, L. P., *Ibn Battuta: makers of Islamic civilization*. Londres: I.B. Tauris; Oxford Centre for Islamic Studies, 2007. DUNN, Ross E. *The adventures of Ibn Battuta, a muslim traveler of the Fourteenth Century*, Berkeley: University of California Press, 1986.

²⁸ IBN-BATTUTA, Muhammad Ibn ‘Abdallah. *Rihlat Ibn Battutah*, Beirute: Dār Şādir, 1960.

III

[...] [Em Kerala] [...] as cidades portuárias funcionavam como entrepostos para a passagem de mercadorias entre o Oeste e o Leste da Ásia, além de servir como mercados para a produção local. [...] o comércio desempenhou um papel crítico na política local e sua importância determinou a posição dos muçulmanos na sociedade Malayali no final do século XV.²⁹

Devido ao comércio das especiarias, sobretudo a pimenta, durante séculos esta comunidade de muçulmanos – mais uma vez, em si fruto da miscigenação entre homens muçulmanos, particularmente árabes e persas, e mulheres autóctones do subcontinente indiano e mais além, da Europa à China – conseguiu crescer em número e prestígio socioeconômico a tal ponto de se encontrar em condições de entrar em negociações/ conflitos comerciais com os portugueses, logo depois da chegada de Vasco da Gama em 1498.

Os mapas, devido ao seu plurissecular envolvimento no comércio local e, mormente, transnacional, conseguiram manter uma rica e duradoura rede comercial que se estendia do Malabar ao Oriente Médio e, mais ao sul, à costa oriental africana, a assim chamada Costa Suaíli³⁰, em si um receptáculo de variadas culturas banto-árabe-pérsicas³¹, miscigenadas e islamizadas, organizadas segundo um sistema de cidades estado ao longo da costa índica ou não muito longe desta, entre a atual Mogadíscio – a mais setentrional de todas as cidades estado suaílis – e o atual Estado moçambicano de Sofala³².

IV

A Costa Suaíli, antes como agora, se bem que em medida menor, era:

[...] um extraordinário corredor comercial, cujas aldeias costeiras [cidades-estados] reuniam as riquezas do interior

²⁹ O texto original: “[...] in [Kerala] [...] the port cities functioned as entrepôts for the passage of merchandise between West and East Asia in addition to serving as markets for local produce. [...] trade played a critical role in local politics and its importance determined the Muslims’ position in late fifteenth-century Malayali society”. DALE, Stephen Frederic. *Islamic society on the South Asian frontier: the Māppilas of Malabar – 1498-1922*. Oxford: Clarendon Press, 1980, p. 12.

³⁰ A Costa Suaíli cobria uma vasta área abrangendo as seguintes nações e áreas da África Oriental: centro-norte de Moçambique, Tanzânia e Quênia, assim como as costas meridionais da Somália até à capital. Ver: LEVI, Joseph Abraham. “Missionação em terras africanas, de Cabo Verde a Moçambique: o legado sócio-religioso de S. Francisco Xavier”. *Brotéria – Cristianismo e Cultura*, Braga, vol. 163, n. 5/6, nov./dez. 2006, p. 525-545.

³¹ Depois acrescentadas por contingentes étnico-linguísticos do subcontinente indiano os quais contribuíram à formação da língua e cultura suaílis.

³² As principais cidades-estados suaílis ao sul de Mogadíscio eram: Quíloa, Quelimane, Lamu, Pate, Luziwa, Melinde, Mombaça, Sofala e Zanzibar.

*de África, principalmente ouro e marfim, mas também outras mercadorias como o cobre e o ferro, cristal e pedras preciosas, peles e madeira, que trocavam pelos produtos do Oriente. Os mercadores, seguindo os ventos da monção, chegavam a esta costa — e tinham-no feito ao longo de mil anos — vindos do [Magreb, do] Egipto, da Arábia, do golfo Pérsico, da Índia e, ocasionalmente, do Sudoeste asiático e da China. Trocavam os seus produtos, principalmente artigos manufacturados como cerâmica, vidro e tecidos, pelos valiosos minérios e matérias-primas de África.*³³

Quando da chegada de Vasco da Gama à costa oriental africana em 1498 os habitantes, todos muçulmanos ou pelo menos populações banto, eram os suaílis islamizados³⁴. Assim como o resto da costa oriental africana, do Cabo de Boa Esperança a Mogadíscio, a cultura local era aquela suaíli, palavra árabe por “habitantes da costa” (سواحيل *sawāhil*), que designava um conjunto de populações banto que, a partir dos séculos IX a XI da era cristã, sobretudo devido aos contatos com comerciantes muçulmanos – principalmente árabes e persas – estabelecidos ao longo da costa oriental africana, começaram a converter-se ao Islã ou, pelo menos, a islamizar-se, ou seja, a sobrepor/ adaptar as normas de vida islâmica a seus usos e costumes bantos, de culto religioso animista. Para a Costa Suaíli, então, assim como para o resto do continente africano ao sul do grande deserto, a:

*[...] chegada da pequena frota de quatro navios de Vasco da Gama à Ilha de Moçambique, em 2 de março de 1498, abriu uma nova era na história da África oriental a Sul do Sara e marcou o início de mais de quatro séculos de intervenção europeia nas sociedades da região.*³⁵

Na Ilha de Moçambique, assim como em todas as cidades-estados suaílis da região, os portugueses encontraram muçulmanos trajados em “finos tecidos de linho ou de algodão com riscas variadamente coloridas e de rica e elaborada feitura”. Os navios muçulmanos atracados nos portos, e provenientes dos demais ancoradouros do Oriente Médio, assim como do Sudeste Asiático, encontravam-se “carregados de ouro, prata, cravo, pimenta, gengibre e aros de prata”, além de “pérolas, joias e rubis, tudo artigos que são usados pela gente da região” suaíli³⁶.

³³ HORTON, Mark. “O encontro dos Portugueses com as cidades swahili da costa oriental de África”. In: *Culturas do Índico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 374. Ver também: HORTON, Mark. *Shanga: the Archaeology of a muslim trading community on the Coast of East Africa*. Londres: British Institute in Eastern Africa, 1996, p. 414-418; LEVI, “Missionação em terras...”, p. 525-545.

³⁴ Para ulteriores informações, ver, entre outros: CHITTICK, H. H. *Kilwa: an islamic trading city on the East African Coast*. 2 vols. Nairobi: British Institute in Eastern Africa, 1974.

³⁵ HORTON, “O encontro dos portugueses...”, p. 373.

³⁶ VELHO, Álvaro. *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1498)*. Organizado por Mem Martins Neves Águas. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. VELHO, Álvaro. *A journal of the first voyage of Vasco da Gama, 1497-1499*. Tradução de Ernest George Ravenstein

comércio em vez de simplesmente negociar com o poder em questão. Basta pensar no comércio das especiarias em outras zonas, como no caso das comunidades judaicas de Cochim:

*Os Bene Israel, os Judeus de Cochim e os Judeus de Bagdade constituíam, assim, as comunidades judaicas em Índia antes da chegada dos Ingleses. Os Bene Israel concentravam-se em Bombaim e seus arredores. [...] As suas principais ocupações eram a indústria do óleo de coco, a agricultura, o comércio e o artesanato em pequena escala.*⁴⁰

A atitude dos portugueses perante os mapilas segue estes princípios. Assim fazendo eles, os portugueses se tornariam os verdadeiros senhores do comércio lucrativo desta especiaria indígena da região malabárica, aliás já introduzida no resto do mundo de então, particularmente no Ceilão (Sri Lanka), na Malásia, na Indonésia e no Brasil. Contudo, apesar das intenções de manter o monopólio absoluto das especiarias e do comércio em geral, os portugueses compreenderam que, devido à falta de recursos, tinham de aliciar a cooperação de soberanos locais, preferivelmente cristãos, em segunda hipótese, hindus ou em última hipótese muçulmanos mas, pelo menos, fiáveis:

*Desde o início do século XVI os portugueses tentaram se livrar dos comerciantes muçulmanos e dos intermediários e ter contato direto com os produtores de pimenta e outras especiarias. Mas por causa da falta de dinheiro e materiais necessários para a troca, tinham que depender dos governantes locais e principalmente dos comerciantes. Apesar dos esforços conscientes para trazer os comerciantes não muçulmanos locais para expulsar os comerciantes muçulmanos, os portugueses tinham de conciliar a situação e ter alguns comerciantes muçulmanos influentes em confiança.*⁴¹

O relacionamento entre os portugueses e os mapilas nunca foi positivo,

⁴⁰ LEVI, Joseph Abraham. “Os Bene Israel e as comunidades judaicas de Cochim e de Bagdade: avaliação de uma antiga presença judaica em solo *indiano*”. *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, vol. 2, n. 3-4, 2003, p. 174. Ver também: BANERJI, Chitrita. *Eating India: an odyssey into the food and culture of the land of spices*. Nova York: Bloomsbury; 2007.

⁴¹ O texto original: “Right from the beginning of the sixteenth century the Portuguese tried to get rid of the Muslim merchants and the middlemen and to have direct contact with the producers of pepper and other spices. But on account of the lack of money and necessary materials for the exchange, the Portuguese had to depend on the local rulers and chiefly the merchants. Despite conscious efforts to bring in local non-Muslim merchants to oust the Muslim merchants, the Portuguese had to reconcile with the situation and had to take some influential Muslim merchants into confidence”. MATTHEW, K. S. “Indo-portuguese historiography: Malabar coast, a critique”. In: GRACIAS, Fátima da Silva; PINTO, Celsa & BORGES, Charles (orgs.). *Indo-portuguese history: global trends – Proceedings of the XI International Seminar on Indo-Portuguese History*. Panjim: Maureen & Camvet, 2005, p. 69.

principalmente devido a estas duas rivalidades, a religiosa e a comercial: “Ganância, inveja e intolerância religiosa combinados para formar uma mistura mortal que definiu as relações entre portugueses e mapilas”⁴². Ambos estes fatores fizeram de maneira que existissem hostilidades permanentes entre os dois grupos, desde os primórdios, como nos demonstram as primeiras tentativas, inicialmente “pacíficas”, de trocas de produtos. A resposta negativa do Samorim de Calicute foi vista como uma manipulação dos mapilas junto do soberano do antigo Estado hindu de Calicute, o magnânimo Samutiri Manavikraman Rajá⁴³.

Temos de fato lembrar que Calicute sempre foi um centro com forte presença muçulmana, sobretudo de comerciantes de língua e cultura árabes ou mercadores islamizados, muito à vontade com os usos e costumes muçulmanos. Os samorins de Calicute sempre estiveram ligados ao comércio externo, encorajando-o incessantemente, apesar da proveniência dos mercadores que aproavam aí ou que faziam de Calicute sua demora (semi)permanente. Os portugueses representavam assim um outro grupo de comerciantes e um possível aliado entre as lutas de Calicute e Cochim:

*[...] Enquanto houve um grande contingente de comerciantes muçulmanos em Cochim suas atividades foram ofuscadas por outros no grande empório em Calicute, e os portugueses representaram um novo mercado e as possibilidades de receitas ampliadas.*⁴⁴

VI

*Na Índia, a empreitada portuguesa foi inicialmente concentrada no ponto focal do comércio de especiarias indiano em Calicute, que iniciou uma luta amarga com os muçulmanos que viviam e comerciavam naquela cidade e nas cidades costeiras adjacentes.*⁴⁵

Estas hostilidades entre os portugueses e os muçulmanos no subcontinente indiano, sobretudo os mapilas, criou, assim como as hostilidades europeias contra os muçulmanos no resto do mundo de então, uma reação antiportuguesa, antieuropeia que, com o passar do tempo, se desenvolveu em lutas religioso-ideológicas: de um lado o mundo muçulmano, a *دَارُ الْإِسْلَامِ* *Dār al-Islām*, e do

⁴² O texto original: “Greed, jealousy, and religious intolerance combined to form a deadly concoction that defined Portuguese-Mappila relations”. MALIECKAL, “Muslims, matriliney...”, p. 301.

⁴³ DALE, *Islamic society...*, p. 34.

⁴⁴ O texto original: “[...] while there was a large contingent of Muslim traders in Cochim, their activities were overshadowed by others in the great emporium at Calicut, and the Portuguese represented a new market and the possibilities of enlarged revenues”. DALE, *Islamic society...*, p. 39.

⁴⁵ O texto original: “In India the Portuguese assault was initially concentrated at the focal point of the Indian spice trade at Calicut, which initiated a bitter struggle with the Muslims who lived and traded in that city and the adjacent coastal towns”. DALE, *Islamic society...*, p. 33.

outro, *دَارُ الْحَرْبِ* *Dār al-Harb*, o “território do Islã” contra o “território do inimigo (do Islã)”⁴⁶.

Um manuscrito de 1800⁴⁷, em dois volumes, arquivado na Biblioteca Britânica e traduzido em dois volumes pelo estudioso John William Wye – intitulado *History of the Portuguese landing in India* – nos relata que os portugueses, através da figura predominante de Vasco da Gama, estavam dispostos a pagar um preço muito alto em troca das especiarias. Contudo, o Samorim, em contrapartida, tinha de “put a stop to the trade of Arabs and Mapilas”⁴⁸.

O supracitado historiador muçulmano de origem indiana, Al-Malībārī Zayn al-Dīn ‘Abd al-‘Azīz, na sua obra *تُفُوتُ نَبِيِّ لِقَاتِ تَرْبُلًا لَوْ حُأ دَعْبُ ي ف نِي دَوَاجِمًا قَفْخَتْ* – ou seja, *A Prenda aos Combatentes (Mujahidins) a respeito de algumas façanhas dos Portugueses* – de fato salienta que os portugueses, denominados “francos”⁴⁹, tinham o hábito de “avançar na

⁴⁶ *Dār al-Islām*, *دَارُ الْإِسْلَامِ*, o território onde reina o Islã, *Dār al-Harb*, *دَارُ الْحَرْبِ*, território onde a maioria dos habitantes é constituída por não muçulmanos.

⁴⁷ The British Library, Londres, Mss Eur K194 1800.

⁴⁸ WYE, John William (trad.). *History of the Portuguese Landing in India*, Mss Eur K194 1800. Londres: British Library, 1800.

⁴⁹ *Fo-lang-chi* é a adaptação chinesa do persa *Farangi*, *Firingi* – Farsi contemporâneo *فارسین* *Feransavi* – o qual, por sua vez, vem do Árabe *فَارَانِي* *Faransiyyah* e/ ou *فَارَانِي* *Faransawiyyah*. Como a palavra sugere, o étimo refere-se aos franceses. A mudança da fricativa alveolar *s* /*s*/ para a fricativa pós-talveolar *j* /*dg*/, e, consequentemente, para a plosiva velar *g* /*g*/ é um fenómeno muito comum em muitas línguas. Através dos séculos os muçulmanos entraram em contacto com outros europeus, não só os franceses/as tropas francesas das Cruzadas, mas também com outras nacionalidades e etnias europeias. Isto fez com que a palavra passasse a denotar o “outro”, ou seja, o “bárbaro”, neste caso, o infiel europeu. A palavra *رُوم* *Rūm*, por exemplo, é também um exemplo deste tipo de generalização linguístico-étnica. Originalmente aplicada aos romanos e ao Império Romano do Oriente, a palavra também abrangia noções como a de Bizantino, a Igreja Ortodoxa, os turcos e todas as populações túrquicas da Ásia Central que eventualmente se fixaram na atual Turquia. Graças aos comerciantes muçulmanos árabe-persas a terminologia *Farangi*, com todas as suas conotações, entrou na Ásia. Dado que os portugueses foram entre os primeiros – e em muitos casos foram os primeiros – europeus da Época Moderna (1453-1789) que tiveram contatos com algumas partes da Ásia, é normal que a palavra *Firinghee/Farangi/Firingi* fosse primariamente usada para identifica-los. Henry Yule e A. C. Burnell são da opinião que a palavra para representar todos os europeus, particularmente os portugueses e os seus descendentes, é usada na Ásia nesta acepção há muito tempo. Contudo, na maioria das vezes, a palavra tem uma conotação pejorativa, como esclarecem: “[...] when now employed by natives in India is either applied (especialy in the South) specifically to the Indian-born Portuguese, or, when used more generally, for ‘European’, implies something of hostility or disparagement. [...] In South India the Tamil *P’arangi*, the Singhalese *Parangi*, mean only ‘Portuguese’, [or natives converted by the Portuguese, or by Mahommedans, any European [...]]. In a Chinese notice of the same age [end of the 13th, beginning of the 14th century] the horses carried by Marignolli as a present from the Pope [Pope Nicholas V, (1288-1292)] to the Great [Khubilai] Khan [1260-1294] are called ‘horses of the kingdom of *Fulang*’, i.e., of *Farang* or Europe”. YULE, Henry & BURNELL, A. C. *Hobson-Jobson: a glossary of colloquial Anglo-Indian words and phrases, and of kindred terms, etymological, historical, geographical and discursive* (1886). Organizado por William Crooke. Londres: John Murray, 1903, p. 352-353. Ver também: KELLY, John Norman D. *The Oxford dictionary of popes*. Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 205-206. LAMBTON, Ann K.S. *Persian vocabular*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 114. LEVI, Joseph Abraham *O dicionário português-chinês de Padre Matteo Ricci, S.J. (1552-1610): uma abordagem histórico-linguística*. Nova Orleães: University Press of the South, 1998, p. 54-55, nota 39. PORTER, Jonathan. “The troublesome Feringhi: late Ming Chinese perceptions of the Portuguese and Macau”, *Portuguese Studies Review*, vol.

propriedade dos maometanos, e suprimir seu comércio”⁵⁰, sobretudo o comércio dos muçulmanos de origem árabe ou dos muçulmanos que mantinham relações comerciais com eles. Isto provocou uma reação em cadeia a qual, no espaço de poucos anos, levou os mapilas à completa falência:

*Eles conseguiram cortar o comércio árabe, e os mapilas, que haviam sido impedidos de se tornar proprietários de terras pelo sistema hereditário de posse da terra e que dependiam de comércio foram lançados em limites econômicos reduzidos, que eventualmente se tornaram um padrão de pobreza.*⁵¹

7, n. 2, 1999, p. 29, nota 16. TRAINI, Renato (org.). *Vocabolario arabo-italiano* – Vol. 1. Roma: Istituto Per l’Oriente, 1993, p. 500; TRAINI, Renato (org.). *Vocabolario arabo-italiano* – Vol. 2. Roma: Istituto Per l’Oriente, 1993, p. 1084. Todavia, nem sempre o étimo retratava os maus hábitos dos Portugueses. Aquando da pirataria chinesa e do contrabando chinês – sobretudo durante os reinados de *Chêng-tê*, (1506-1521), e *Chia Ching*, (1521-1566/67) – os *Fo-lang-chi* foram, de fato, os aliados do Império Celeste, muitas das vezes até ajudando as forças chinesas nas suas lutas contra os transgressores chineses: “The Fo-lang-chi have never invaded our land nor slaughtered our people nor plundered our treasures. Furthermore, when they first came to China, they chased away the bandits on our behalf because they were afraid that they might be involved. [...] The Fo-lang-chi [...] eradicated the pirates that had been rampaging for about twenty years”. LIN, Hsi-yüan Chin Shih. *Lin T’zu-yai hsien-sheng wen-chi*, 18 Chuan. 8 vols. Organizado por Ming Wan-li chi en k’o pen. In: SO, Kwan-wai. *Japanese piracy in Ming China during the 16th Century*. East Lansing: Michigan State University Press, 1975, p. 69-70. Ver também: Lung-ch’ing, *Ch’ao-yang hsien-chih Ming lung-ch’ing*. 6 nien. 1572. 15 vols. China National Microforms Import and Export. Quanto à palavra *Fo-lang-chi*, uma abordagem completamente diferente foi tomada por Joseph Edkins e Friedrich Hirth. Ambos consideraram as origens de *Fo-lang-chi*, com a sua variante *Fu-lin*, persas, *Farang*, e não árabes, *Afrangi*, e, mormente, que era “the Persian *Farang* applied after the early Mohammedan [sic] conquests to western nations generally”. EDKINS, Joseph. “More about Fu-lin”. *Journal of the China Branch of the Royal Asiatic Society*, n. 20, 1885, p. 283. Quanto às mudanças de *Farang* para *Fo-lang-chi* ou *Fu-lin*, Edkins postula: “The Chinese on their part in writing the Semitic *ng* in *Farangi* used *m* as the final [...]. The Chinese *ng* is the same as the English. The Arab and Persian *ng* may be something very different so that they are not used convertibly”. EDKINS, “More about Fu-lin”, p. 284. Baseando-se nas teorias de Richardson, encontradas no seu *Persian Dictionary*, Edkins frisa que em árabe *Afranj* aplica-se a todos os europeus, *Afrang* aos turcos, e *Afrangi* aos persas e aos tártaros. O a prostético é, portanto, ligado ao empréstimo lexical persa *Farang*, após a epéntese do primeiro: “We may regard the Arabic term with initial *a* as a borrowed word and the Persian as native. [...] It is better to regard the word as Persian and of native origin. [...] The Arabs learned it and carried it westward prefixed an *a*, and confounded it [it] subsequently with the European word *Francoi*, when the conquest of Charlemagne made the Franks the chief power in Europe. [...] Probably then in the times of the Caliphate of Bagdad the Persian name for Europeans prevailed and was communicated to India and China by the Arabs and Nestorians as early as the Sui dynasty. [...] The atual word in use among missionaries in China at that time and among Arab traders at Canton would naturally be the Persian *Farang* or *Fo-lin*”. EDKINS, Joseph. “Fu-lin, a Persian Word”. *Journal of the China Branch of the Royal Asiatic Society*, n. 21, 1886, p. 109. Ver também: EDKINS, Joseph. “Who Were the Fu Lin People?”. *Chinese Recorder*, n. 16, 1885, p. 304; p. 366. Joseph EDKINS, “Some geographical terms in the Tibetan language: a note”, *Chinese Recorder* 16 (1885): 454; Friedrich HIRTH, “More about Fu-lin”, *Journal of the China Branch of the Royal Asiatic Society* 20 (1885): 283-284.

⁵⁰ Texto original: “trespass on the property of the Mahomedans [sic], and to oppress their commerce”. AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-Ul-Mujahideen*, p. 79.

⁵¹ O texto original: “They succeeded in cutting off the Arab trade, and Mappilas who had been prevented from becoming landowners by the hereditary system of land tenure and who depended

As recusas do Samorim em cooperar com os portugueses foram vistas como uma grave ofensa, sobretudo em vista do fato de que o soberano hindu era considerado cristão, se bem que de uma confissão diferente ou “herética” e, portanto, tinha o dever de defender a cristandade a todo custo e, conseqüentemente, alinhar-se com os portugueses em sua luta contra os “infiéis muçulmanos”, neste caso os mapilas⁵². De fato, a segunda viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia também tinha uma missão especial, ou seja, instruir os “cristãos” liderados pelo soberano hindu na verdadeira fé católica romana. Quanto ao Samorim, ele tinha que se lembrar de que “todos os príncipes cristãos estavam obrigados a lutar contra os muçulmanos, que deveriam ser expulsos de Calicute”⁵³.

Uma testemunha ocular holandesa publicou em Antuérpia, em 1504, uma obra intitulada *Calcoen*, ou seja, Calicute, em que o marinheiro neerlandês nos relata que a tática dos portugueses era aquela de roubar as mercadorias aos muçulmanos, incluindo os mapilas, em vez de comprá-las regularmente nas praças locais. A 11 de setembro de 1502, em Cananor, de fato houve um incidente que mereceu seu registro na História. A seguir, o autor fala do ponto de vista português:

*[...] Os navios de Meca [...] transportam as especiarias que chegam ao nosso país, e nós deterioramos as florestas, de modo que somente o rei de Portugal conseguisse as especiarias de lá. Mas nos foi impossível completar nosso plano. Mesmo assim, ao mesmo tempo tomamos uma embarcação de Meca, a bordo da qual havia 380 homens, mulheres e crianças, e deles tiramos pelo menos 12.000 ducados e mais 10.000 em mercadorias, e explodimos o navio e todas as pessoas a bordo com pólvora.*⁵⁴

De Cananor os portugueses passaram, depois, para Calicute, onde intensificaram suas investidas contra os muçulmanos mapilas:

[...] Pegamos um grande número de pessoas, e os

on commerce, were cast into reduced economic straits which eventually became a pattern of poverty”. MILLER, “Mappila”, p. 459.

⁵² VELHO, Álvaro; GAMA, A. Fontoura da & SANGWA, Mulembo wa. *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*: [voyage d’aller], Lubumbashi: Université Nationale du Zaïre; CELTA, 1976, p. 198.

⁵³ O texto original: “all Christian princes were obliged to fights against Muslims, who should be expelled from Calicut”. DALE, *Islamic society...*, p. 38.

⁵⁴ O texto original: “[...] the ships of Meccha [...] carry the spices which come to our country, and we spoiled the woods, so that the King of Portugal alone should get spices from there. But it was impossible for us to accomplish our design. Nevertheless at the same time we took a Meccha ship, on board of which there were 380 men and women and children, and we took from it at least 12,000 ducats and at least 10,000 worth of goods, and we burnt the ship and all the people on board with gun powder”. PANIKKAR, K. M. *Malabar and the portuguese: being a History of the Portuguese with Malabar from 1500 to 1663*. Bombaim: D.B. Traporevala Sons, 1929, p. 50. Ver também: ANÔNIMO. *Calcoen*. Antuérpia, 1504 Tradução de J. Ph. Berjeau. *Calcoen: a Dutch narrative of the second Voyage of Vasco da Gama to Calicut printed in Antwerp circa 1504*. Londres: Basil Montagu Pickering, 1874.

*enforcamos nos conveses dos navios, e os descemos, cortando-lhes as mãos, pés e cabeças, e tomamos um de seus navios e jogamos nele as mãos, pés e cabeças, e escrevemos uma carta, que colocamos em uma vara, e o deixamos para ir à deriva em direção a terra. Mandamos lá um navio a que tocamos fogo, e ele queimou muitos bens do rei.*⁵⁵

Para evitar mais e piores chacinas, o Samorim assinou um acordo com os portugueses garantindo um salvo conduto a quatro embarcações muçulmanas para viajar incólumes até o Oriente Médio. Em outras palavras, estamos perante um caso de emissão de cartas marítimas para poder navegar incólumes no Índico e, neste caso, também no Mar Vermelho. Os produtos importados tinham, por sua vez, de ser levados para os portos em questão, onde se pagavam os impostos às autoridades da Coroa⁵⁶. Quanto às cartas desta área, estas eram:

*[...] emitidas para navios mercantes que operavam a partir de Cochim e Cananor, e foram mais tarde estendidas ao norte da Índia e, de forma otimista, para grandes partes da Ásia à medida que bases portuguesas foram estabelecidas em Goa, em 1510, Malaca, em 1511, e Ormuz em 1515.*⁵⁷

Porém, no espaço de poucos dias os portugueses quebraram o acordo, voltando a atacar os muçulmanos. Obviamente o objetivo era apoderar-se da preciosa carga: as especiarias, sobretudo a pimenta e o gengibre que os mapilas e outros muçulmanos transportavam para a cidade sagrada do Islã ou ao porto de Jeddah⁵⁸:

*[...] Eles não permitiriam que a pimenta e o gengibre fossem levados a Meca, impedindo qualquer outro de negociar estes ou quaisquer outros artigos, senão eles mesmos; e declararam que, se vissem uma raiz de gengibre ou um grão de pimenta embarcado em qualquer navio de outrem, iriam apreender e deter tal embarcação com toda sua carga.*⁵⁹

⁵⁵ O texto original: “[...] We took a great number of people, and we hanged them to the yards of the ships, and taking them down we cut off their hands, feet, and heads, and we took one of their ships and threw into it hands, feet, and heads, and we wrote a letter, which we put on a stick, and we left that ship to go ad-drift towards the land. We took there a ship which we put on fire, and burnt many subjects of the king”. PANIKKAR, *Malabar and the portuguese...*, p. 50-51.

⁵⁶ Ver: MATTHEW, K. S. “Freibriefe für den Handel an Indiens Küste”. In: KNABE, Wolfgang. *Auf Spuren der ersten deutschen Kaufleute in Indien*. Anhausen: Verlag Moderne Medien, 1993, p. 107.

⁵⁷ Texto original: “[...] issued to merchant vessels operating out of Cochin and Cannanore, and were later extended to north India and optimistically to large parts of Asia as Portuguese bases were established in Goa in 1510, Malacca in 1511, and Hormuz in 1515”. DALE, *Islamic society...*, p. 41.

⁵⁸ AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-Ul-Mujahideen*, p. 60.

⁵⁹ O texto original: “[...] They would not permit the pepper and ginger to be carried to Mecca, but prevented every other power from trading in these or any other articles but themselves; and they

Obviamente houve resistência a este sistema e muitas eram as maneiras pelas quais os comerciantes muçulmanos tentavam evitar esta imposição onerosa, sobretudo através da rede comercial espalhada pelo Sudeste Asiático, assim como pelo resto do mundo muçulmano, para onde estas mercadorias eram destinadas. Tentava-se encontrar uma brecha e uma cumplicidade para combater/ evitar os impostos pesados dos portugueses:

*[...] houve mais casos de transgressão do que de submissão. Os comerciantes muçulmanos que tinham seus antigos contatos com as regiões da Ásia ocidental protestaram contra a brutalidade dos portugueses. Recorreram a seus correspondentes em áreas fora da costa de Malabar e buscaram uma frente comum contra eles. Mas os portugueses permaneceram presos às suas armas e impedidos por outros de entrar no comércio com a Costa do Malabar, embora houvesse fissuras na estrutura.*⁶⁰

Contudo, na maioria dos casos, os portugueses conseguiam apoderar-se dos devidos impostos, sobretudo graças ao sistema de *tenças e copas*, com o qual, em remuneração dos serviços prestados, aos régulos vassalos eram concedidos títulos especiais, como no caso do soberano de Cochim, grande inimigo do Samorim de Calicute:

*Foram bem sucedidos em manter o rei de Cochim como seu vassalo mais próximo, permitindo-lhe ser um rei coroado, fazendo-o prestar juramento de fidelidade ao rei de Portugal.*⁶¹

O já citado Al-Malibārī Zayn al-Dīn ‘Abd al-‘Azīz, em sua obra *Tuhfut al-Mujāhidīn fī ba’d ahwāl al-Burtuqāliyyīn*, é muito cáustico a respeito da atitude portuguesa perante os muçulmanos, particularmente os mapilas da região. Frequentes eram os insultos aos muçulmanos nas ruas (incluindo as injúrias contra o Profeta Maomé), as destruições das mesquitas ou até das casas dos muçulmanos, o confisco dos bens, particularmente os livros sagrados, e os meios mais impensáveis para fazer de maneira que os muçulmanos não conseguissem cumprir os seus deveres religiosos

declared that if they saw a root of ginger or a grain of pepper embarked on any other person’s vessel, they would seize and detain such vessel with all its cargo”. PANIKKAR, *Malabar and the portuguese...*, p. 51.

⁶⁰ O texto original: “[...] there were more instances of violation than compliance. The Muslim merchants who had their age-old contacts with the West Asian regions remonstrated against the highhandedness of the Portuguese. They concurred with their counterparts in areas outside the Malabar Coast and looked for a common front against the Portuguese. But the Portuguese stuck to their guns and warded off the others from entering into trade with the Malabar Coast though there were cracks in the fabric”. MATTHEW, “Indo-portuguese historiography...”, p. 67-68.

⁶¹ O texto original: “They were successful in keeping the king of Cochim as their closest vassal by enabling him to be a crowned king, making him take oath of fealty to the king of Portugal”. MATTHEW, “Indo-portuguese historiography...”, p. 68.

básicos, inclusivamente fazer *hadj*, ou seja, a peregrinação às cidades sagradas de Meca e Medina. Obviamente o meio mais vulgar e mais “limpo” para aniquilar os muçulmanos, particularmente os mapilas, quando não podiam eliminá-los fisicamente, era assimilá-los à cultura europeia, neste caso, aporuguesá-los e, conseqüentemente, fazer de maneira que se convertessem, pelo bem ou pelo mal, ao catolicismo.

Não faltavam casos de tortura e escravização, particularmente os membros das tripulações quando da tomada de uma embarcação. Contudo, a ofensa mais grave foi aquela de ter encorajado o rapto e a violação de mulheres muçulmanas, sobretudo de etnia mapila, para assim “atenuar” a presença muçulmana e, ao mesmo tempo, ter uma nova geração de cristãos portugueses (entenda-se, crioulos de ascendência portuguesa)⁶². Esses cristãos, apesar de sua origem mista, crioula, eram adestrados a odiar o Islã e a perseguir todos os muçulmanos:

*Pois, como muitas mulheres de nascimento nobre, assim feitas cativas, mas não encarceradas, depois de violadas para a produção de crianças cristãs, que são tornadas inimigas da religião de Deus, e ensinadas a afligir seus opressores!*⁶³

Isto se deve às manobras de Afonso de Albuquerque que, com o estratagema da miscigenação forçada/ imposta, criou uma nova classe étnica-racial, a luso-indiana, que obviamente ajudou na formação e retenção do Império Português na região.

Foi graças a essa nova “categoria” social, étnico-linguística e racial-religiosa – em si dúplice e polivalente – que o uso e a adoção/ apropriação da língua e cultura portuguesas, juntamente com a religião católica (elemento identificador muito forte, com uma pujança convergente ímpar), conseguiu ser guardada em zonas que depois passaram para mãos alheias, como no caso dos ingleses⁶⁴, dos franceses (1664-1954)⁶⁵, e dos holandeses⁶⁶.

⁶² AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-Ul-Mujahideen*, p. 103-105.

⁶³ O texto original: “For, how many women of noble birth, thus made captive, did they not incarcerate, afterwards violating their persons, for the production of Christian children, who were brought up enemies to the religion of God, and taught to oppress its oppressors!”. AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-Ul-Mujahideen*, p. 107.

⁶⁴ Em 1665, como consequência do casamento de Catarina de Bragança (1638-1708) com D. Carlos II (1630-1685), Rei de Inglaterra, Escócia e Irlanda (1660-1685), Bombaim, Salcete, Basseim e Chaul foram cedidos ao Reino Unido.

⁶⁵ O domínio francês era confinado em Mahé e no território de Pondichéry, no Golfo de Bengala. Para mais informações, ver, por exemplo: GIBERT, Eugène. *L'Inde française en 1880*. Paris: [n.d.], 1881. MARRE, A. *Annales de l'Extrême Orient*, vol. 36, 1881. SICÉ, Pierre-Constant. *Annuaire statistique des établissements français dans l'Inde*, Pondichéry: Imprimerie du Gouvernement, 1900-1903. SICÉ, François-Eugène. *Annuaire des établissements français de l'Inde pour l'année 1850 [-1852]*, 3 vols. Pondichéry: Imprimerie du Gouvernement, 1850-1852. SICÉ, Pierre-Constant. *Annuaire des établissements français dans l'Inde pour l'année 1880*. Pondichéry: Imprimerie du Gouvernement, 1880.

⁶⁶ Com a capitulação de Malaca (1641), a perda de Onor, Barcelor e Mangalor (1652-1664), a de Ceilão (1656) e a queda de Malabar, Coulão (1658), Cranganor (1662), Cananor e Cochim (1663), os holandeses passaram a ser os donos do Sudeste Asiático.

VII

Os conflitos e os constantes ataques contra os mapilas criaram, ou melhor, reforçaram uma já latente mentalidade beligerante perante o português, o estrangeiro, o cristão que ocupava e atacava o “território do Islã”. Além disso, e principalmente, o fato de muitas das comunidades muçulmanas “não locais” voltarem ou serem forçadas a voltar ao seu lugar de origem, particularmente no Oriente Médio e na Ásia Central, fez com que os mapilas se tornassem o principal grupo étnico muçulmano da área, fator este que contribuiu ao nascimento de uma “nacionalidade”, se assim se pode dizer, baseada na religião. Não é de se estranhar, então, que ao longo dos séculos os comerciantes mapilas, para evitar surpresas desagradáveis, e por parte dos portugueses e por partes dos outros europeus que a História lhes propôs, acompanhassem seu negócio com armas, prontos para responder a quaisquer ataques imprevistos. De fato, muitos mercadores eram até soldados, treinados em contra atacar o inimigo cristão. De certa forma, ser muçulmano mapila significava, automaticamente, ser um combatente (مُجَاهِد *mujāhid*) e, em segundo lugar, ser comerciante:

*Todo o seu tempo é tomado pelo serviço militar todos conhecem o uso de armas, tanto comerciantes como piratas e o resto; depois de passar por este treinamento eles se tornam comerciantes ou corsários, estimando a uma profissão tanto quanto a outro.*⁶⁷

O antagonismo e os confrontos entre cristãos de um lado, particularmente os portugueses, e os muçulmanos mapilas do outro, fez com que no Malabar se formasse uma sociedade muçulmana pronta a combater, em nome da religião, o inimigo cristão, *primus inter pares*, o português.

A “prenda” de Al-Malībārī Zayn al-Dīn ‘Abd al-‘Azīz, na sua supracitada obra *Tuhfat al-Mujāhidīn fī ba’d ahwāl al-Burtuqāliyyīn*, é mesmo esta: acordar os seus corações da letargia religiosa e motivá-los à luta, ao combate, à guerra, *جِهَاد* *jihād*, contra o infiel. Os combatentes, *مُجَاهِدِينَ* *mujāhidīn*, tinham a obrigação de defender o território islâmico dos ataques dos inimigos. Os *مُجَاهِدِينَ* *mujāhidīn* que morriam em combate, os *شَهِيدِينَ* *shahīdīn*, eram conseqüentemente vistos como heróis, mártires da fé:

[...] Eu compilei este relato para inspirar os fiéis a realizar uma jihad contra os adoradores da cruz [...] Narrei nele alguns dos males que os portugueses infligiram aos

⁶⁷ O texto original: “All their time is taken up with soldiering and they all know the use of arms, as well as merchants and pirates and the rest; for after going through this training they become merchants or corsairs, esteeming the one profession as good as the other”. PYRARD, François & GRAY, Albert. *The voyage of François Pyard of Laval to the East Indies, the Maldives, the Moluccas and Brazil*: in two volumes. Londres: Hakluyt Society, 1887, vol. 2, p. 385. Ver também: PYRARD, François; BERGERON, Pierre de & BIGNON, Jérôme. *The voyage of François Pyard of Laval, to the East Indies, the Maldives, the Moluccas and Brazil*. 2 vols. Nova York: B. Franklin, 1964.

*muçulmanos de Malabar, bem como um breve relato da
leis e mérito religioso da Jihad.*⁶⁸

Espalhar a fé e, quando for necessário, defender a fé quando o território islâmico se encontra atacado por forças inimigas do Islã torna-se, portanto, numa obrigação de cada crente, dado que as recompensas ser-lhe-ão retribuídas nesta e na outra vida, *قَرَّخَ أَلَا* *al-Ākhira*, segundo os desejos de Deus. Assim como em qualquer outra parte do orbe onde os europeus ou os ocidentais ocuparam com a força um território muçulmano, a *دَارِ الْمُسْلِمِينَ* *dār al-Islām*, a ideia de um grupo de fiéis pertencentes a uma “nação” de crentes deu aos mapilas um sentimento irremovível de pertença, ou seja, de fazer parte de uma nação especial, sagrada pelo simples fato da presença física de muçulmanos, a *قَوْمُ* ‘*ummah*, ou seja, a comunidade muçulmana mapila e, enquanto tal, diversamente de uma criança, não podia depender de uma potência não-muçulmana – neste caso Portugal – não pelo fato de ser uma nação predominantemente cristã (católica), mas antes, pelo fato de os portugueses, durante os séculos, quererem tentar dominar ou até aniquilar sua própria existência, inalienável perante Deus.



RESUMO

Este estudo pretende analisar a presença, o encontro e, conseqüentemente, a (quase sempre) muito difícil e até impossível convivência entre uma confissão religiosa, como o caso dos muçulmanos mapilas, de um lado, e o catolicismo de cunho português, do outro, no Malabar assim como no resto do Estado da Índia (1505-1691), durante 158 anos, entre 1498-1656, quando os holandeses tomaram posse da área, por sua vez derrotados pelos ingleses (1662), os quais – depois de um interregno de 67 anos de hegemonia francesa (1725-1792) – dominaram o subcontinente indiano até sua independência em 1947.

Palavras Chave: Catolicismo; Mapilas; Muçulmanos; Império Português; Séculos XV a XVII.

ABSTRACT

In this study I analyze the presence, the encounter, and the almost always difficult or impossible coexistence between a religious group, in this case Mapila Muslims, from one side, and Catholicism, as lived by the Portuguese, from the other, in the Malabar as well as in the State of India (1505-1691), during 158 years (1498-1656), or rather, until the Dutch took over the area, the latter eventually being overthrown by the British (1662) who – after 67 years of French interregnum (1725-1792) – dominated the Indian subcontinent until its Independence in 1947.

Keywords: Catholicism; Mapilas; Muslims; Portuguese Empire; 15th to 17th Century.

Artigo recebido em 04 out. 2015.

Aprovado em 30 jan. 2016.

⁶⁸ O texto original: “[...] I compiled this account to inspire the faithful to undertake a jihād against the worshippers of the cross [...] I have related in it some of the evils which the Portuguese inflicted upon the Muslims of Malabar as well as a brief account of the laws and religious merit of the jihād”. AL-DIN & ROWLANDSON, *Tohfut-Ul-Mujahideen*, p. 05.